

Núcleo de Educação Popular 13 de Maio - São Paulo, SP
CRÍTICA SEMANAL DA ECONOMIA

EDIÇÃO 1334 1335 – Ano 31; 3ª 4ª Semanas Abril 2017.

Brasil: preços, estagnação e ingovernabilidade.

Que misteriosa relação é essa entre uma política econômica suicida e as contorções de uma burguesia que busca a qualquer preço não perder a força de reprimir e administrar a luta de classes? JOSÉ MARTINS.

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) é um importante indicador para se observar com antecedência a evolução da economia nos próximos seis meses. Mais importante que o Preço ao Consumidor (IPC). Nos pontos mais próximos da reversão do período de expansão do ciclo econômico, o IPC sempre acaba se alinhando ao peso de gravidade do IPP. Do mesmo modo que o capital produtivo de juros (o popular capital financeiro) sempre acaba sofrendo alinhamentos catastróficos às vicissitudes do capital produtivo de mais-valia (lucro), antes mesmo que este último encontre o mesmo destino. Tudo isso tem a ver com a lei do valor trabalho.

Pela definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que nos informa mensalmente a variação do IPP, ele “mede a evolução dos preços de produtos 'na porta de fábrica', sem impostos e fretes”. É o que mais se aproxima do que Marx e Engels chamavam de Preço de Produção.

Por que o IPP é importante na nossa análise? Porque nele está embutida a *taxa geral de lucro* da economia. No desenrolar do ciclo econômico o IPP exprime a variação desta última. Para cima, inflação, ou para baixo, deflação. Isso passa totalmente despercebido pela economia vulgar – neoclássica ou keynesiana. Para os economistas do sistema o IPP não passa de “mais um índice para se medir a inflação”. E ficam felicíssimos quando ele começa a cair!

Como no Brasil, atualmente. Presencia-se então uma tragicômica manifestação dos economistas de Michel Temer e Rede Globo. Frente à fulminante queda do IPP e, naturalmente, do IPC, nos últimos doze meses, fenômeno totalmente inesperado para eles e para o mercado, não perderam a rara oportunidade para comemorar, alguns com certo constrangimento, é verdade, esse “grande resultado” da política econômica de congelamento dos gastos público e siderais taxas de juros. Finalmente, o ajuste começa a dar certo!

Os poucos constrangidos com essa comemoração (o presidente do Banco Central, por exemplo, que apesar de marginalista e neoclássico conhece um pouco de economia, não é tão xucro como Henrique Meireles e assecclas) devem estar se perguntando, lá com seus botões: por que nos EUA, Alemanha e Japão – onde se pratica uma política anticíclica de desbragada expansão dos gastos públicos; de desmesurada expansão da moeda e do crédito; de taxa básica de juros em torno de zero, etc. – tanto o IPP quanto o IPC já caíram há um bom tempo para as

cercanias de zero? E, mistério dos mistérios, por que nem com reza brava seus governos conseguem fazê-los levantar novamente? E por que essa atual armadilha da liquidez constitui o principal (e insolúvel) problema macroeconômico daqueles países centrais?

Voltemos aos números do IBGE. Em março/2017, os preços da Indústria Geral variaram, em média, 0,09% em relação a fevereiro, acima do observado na comparação entre fevereiro e janeiro (-0,45%). No ano, o IPP acumula uma significativa deflação de -0,05% e, em 12 meses, uma desproporcional inflação de 2,85%. O acumulado em 12 meses de 2,85% contrasta fortemente com o registrado nos dois meses anteriores deste ano: 1,52% em fevereiro e 1,34% em Janeiro/2017. As quatro maiores variações de preços ocorreram em indústrias extrativas (48,43%), metalurgia (13,53%), impressão (11,91%) e outros equipamentos de transporte (-10,41%).

O expressivo aumento do IPP das *Indústrias Extrativas* deve-se à elevação dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais. Brusco aumento da demanda internacional. Impacta diretamente nos preços dos ramos denominados *Bens Intermediários*, como minérios de ferro beneficiados, óleo diesel, energia elétrica, pastas de celulose, açúcar cristal, óleo de soja, placas de aço, polipropileno, alumínio, cobre, etc. Esses ramos tiveram uma influência de 1,23 pontos percentuais sobre o acumulado geral de 2,85%. Ou aproximadamente 43% deste acumulado.

Isso quer dizer que um repentino reajustamento dos preços das *Indústrias Extrativas* pode ao mesmo tempo reduzir bruscamente o acumulado geral do IPP– o que é perfeitamente provável, dada a extrema volatilidade atual da economia chinesa e outras grandes importadoras de commodities agrícolas e minerais.

O mais indicado na análise é acompanhar a evolução do acumulado em doze meses do IPP dos ramos que compõem a indústria de *Bens de Consumo Duráveis* (2,84% em março/2017), como automóveis, máquinas de lavar, televisores, refrigeradores, móveis, fogões, computador, telefone, eletrodomésticos em geral. Esses ramos regulam e alinham, no desenrolar do ciclo, o IPP da totalidade da indústria.

A forte tendência à deflação e a conseqüente estagnação da economia brasileira são determinadas, em primeiro lugar, pelo forte processo deflacionário que atinge as principais economias do globo. Particularmente EUA, Alemanha e Japão, como observamos acima. Isso se deve à pesadíssima superprodução de capital e à conseqüente tendência à queda da taxa de lucro no mercado mundial. Deve-se ao momento de desaceleração e encerramento de mais um período de expansão.

É por isso que neste centro regulador do mercado mundial os governos fazem forte política anticíclica de aumento de gastos públicos e de redução da taxa básica de juros para as proximidades de zero. É a única coisa sensata que se pode fazer neste momento. Mesmo que caiam os lucros dos bancos. Trata-se de salvar a capacidade industrial instalada, a propriedade privada especificamente capitalista. O lucro é mais importante que o juro. Não resolve o problema, mas segura a barra enquanto pode. Não se trata simplesmente de criar demanda com expansão do crédito. Isso é suficiente apenas (o que já é muito importante) para prorrogar o quanto puder a inevitável explosão cíclica da crise. E quanto mais prorrogar, maior será a explosão.

Para a economia vulgar toda essa contradição em processo aparece como algo de um sistema não apenas muito misterioso, mas principalmente instável e incerto. Os movimentos endógenos da produção de capital é uma coisa absolutamente imprecisa e imprevisível para os economistas da superficialidade.

De todo modo, a realidade se impõe. O Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e os bancos centrais da zona euro e do Japão não ousam, neste momento, elevar suas taxas básicas de juros. A forte tendência à queda da taxa geral de lucro não permite. Para os economistas e seus patrões as instabilidades e incertezas que atordoam seus espíritos são altamente broxantes. Assim sendo, no fim de todo período de expansão o negócio é fugir da infertilidade do capital-dinheiro e continuar se escondendo atrás de uma efêmera acumulação de dinheiro-capital. O longo prazo a Deus pertence.

Voltando ao Brasil. Essa tendência à deflação apontada nos índices do IPP apurados pelo IBGE é importada via sistema de preços internacionais e, ao mesmo tempo, magnificada pela política fiscal da burguesia de corte/congelamento de despesas públicas e política monetária de manter na estratosfera a taxa básica de juros (Selic), disparadamente a mais elevada do mundo. Coisa de burguesia cucaracha, que faz uma política econômica pró-cíclica, contracionista, que estimula a queda da demanda e dos preços – enquanto as burguesias dominantes dos EUA, Alemanha e Japão (do mesmo modo a da China) fazem uma política econômica agressivamente anticíclica, expansionista. Como Guido Mantega tentou fazer no Brasil. Tentou e foi derrubado, logo no início do primeiro tempo. Em seguida, jogado na fogueira da inquisição.

Enquanto nas maiores economias do mundo as respectivas burguesias procuram reforçar as redes protetoras frente ao grande choque que já bate à porta, no Brasil essas redes são trancadas nas dispensas do Tesouro e do Banco Central. Escancara-se as portas (ou abrem-se os portos, como na era colonial) para o parasitismo global e empurra a economia nacional para o buraco. Antes da hora.

Desnecessariamente, se poderia dizer, se se pudesse pensar essas coisas em termos puramente espirituais.

É por isso que oceanos de capital fictício – os mesmos “tsunamis monetários” da era Mantega – criados nas metrópoles imperialistas continuam migrando para esses vulneráveis “emergentes” de burguesias impotentes como Brasil, México, Argentina, etc. Os deslocamentos de capitais externos continuam mesmo com forte redução da atividade produtiva nestas economias. Acontece que aqui encontram taxas de juros e outras modalidades de rendas mais elevadas que em seus países. Isso mantém provisoriamente (e regamente) valorizados seus excedentes de dinheiro capital. Não importa se essa situação também tem curtíssimo prazo de validade. Há que continuar pedalando.

Importante fator político emana desta fara do boi imperialista com dominadas economias nacionais. Parece que já ficou bastante claro, pelos desenvolvimentos acima observados, que a burguesia brasileira e seu governo de eunucos do imperialismo – do mesmo modo que se passa na Argentina, México e outros “emergentes” pelo mundo afora – não fazem essa política econômica suicida para os interesses nacionais apenas porque eles são idiotas em termos de teoria e prática econômica.

Não é apenas isso que move seus atos. O que eles sabem com toda a clareza do mundo é que a sua política econômica deve beneficiar a qualquer custo e da maneira mais agradável possível aos famigerados “investidores externos”. O que está em jogo não é mais, nem de longe, qualquer veleidade de desenvolvimento e modernização do aparelho produtivo nacional. Isso são ilusões de um longíssimo passado.

Submeter a nação a uma inaudita violência de reformas liberalizantes, de assassinato a sangue frio de enormes contingentes da população trabalhadora e das riquezas nacionais, ofertadas aos “investidores externos” (e internos, em plano subordinado como sempre) é a única carta política disponível para esses cucarachas jogar e conservar por mais algum tempo o que ainda lhes resta de governabilidade. Quer dizer, de poder estatal da repressão, da ordem, da segurança e da administração cada vez mais difícil da luta de classes interna.

Jogar essa única carta política de aprofundamento ainda mais radical da histórica submissão ao imperialismo, em busca unicamente da governabilidade irreversivelmente perdida, não é só um suicídio econômico da nação do capital, mas principalmente um suicídio político da correspondente classe burguesa e seu Estado de dominação. Essa sinistra arquitetura da destruição que ora se desenrola com muito mais intensidade que em priscas eras deve necessariamente exasperar

a temperaturas incandescentes a luta de classes na maior economia da América Latina. Deve necessariamente abrir as possibilidades de revolução deste mundo material historicamente apodrecido pela ação única e exclusiva dessas inúteis e improdutivas classes dominantes que ainda insistem em governar e, portanto, continuar a decidir na marra o que, como e para quem os trabalhadores devem produzir.